

Do conceito de “variante” nos estudos do léxico de perspectiva histórico-variacional

*On the concept of “variant” in lexicon studies from a
historic-variational perspective*

Américo Venâncio Lopes Machado Filho *
Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

Resumo: Embora plenamente assentado nos estudos sociolinguísticos contemporâneos, o conceito de variante linguística demanda uma revisão teórica, se observado a partir da ótica dos estudos do léxico, sobretudo quando este estiver relacionado a pesquisas de viés histórico-variacional. Neste trabalho, apresentam-se considerações sobre os possíveis limites de identificação e caracterização da unidade de variação lexical, quando consideradas alterações formais em outros níveis de análise, especialmente os de verve fonética. Utilizam-se, como suporte para a reflexões sobre o tema, considerações sobre o processo de constituição do léxico do português e, em especial, os resultados de fenômenos de convergência e divergência etimológicas registrados na história da língua. Com base nas análises apresentadas, propõe-se que as pesquisas sobre variação lexical passem a incorporar no conceito de variante lexical qualquer alteração formal ou de conteúdo significativo.

Palavras-chave: Léxico. Formas convergentes. Formas divergentes. Variante. Dicionário dialetal.

Abstract: Eventhough the concept of linguistic variant has been fully established in contemporary sociolinguistic studies, it demands a

* Professor Associado de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, Bahia; pesquisador do Grupo Nêmesis/ALiB/NEHiLP; americovenancio@gmail.com

theoretical review, if it is considered from the perspective of the studies of the lexicon, specially when related to historical and variational bias. In this paper, we present limits on identification and characterization of lexical variation, considering formal changes that may occur at other levels of analysis, especially at morphological or phonetic ones. To support the reflections on the topic, we discuss the lexicon process of constitution in Portuguese and the results of etymological convergence and divergence related by history records of the language. Based on the analysis presented, it is proposed that researches on lexical variation should incorporate the notion that it refers to any formal or significant content changes.

Keywords: Lexicon. Convergent forms. Divergent forms. Variant. Dialectal dictionary.

1 INTRODUÇÃO¹

Assim como o espantoso e muito popular personagem de Miguel de Cervantes y Saavedra (1547-1616), D. Quixote de la Mancha (Cervantes y Saavedra, s/d), pode-se, aqui, – apenas pelo título do trabalho – ser sumariamente acusado, por alguns “fiéis escudeiros”, de perseguir moinhos de vento, como se gigantes fossem, ao buscar discutir um conceito plenamente assentado nos estudos linguísticos, isto é, o de *variante*.

Depois de que uma teoria da mudança linguística fora brilhantemente fundamentada no trabalho pioneiro de Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]), a partir da reversão epistemológica de língua homogênea – de cariz estruturalista – para a de heterogeneidade do sistema linguístico associado ao conceito de regras variáveis, o termo *variante* assumiu um papel fundamental no desenvolvimento das pesquisas e por isso mesmo se lhe apropriou e reapropriou nos estudos linguísticos, hodiernamente.

Nos diferentes trabalhos ou manuais teóricos de sociolinguística, redundam definições sobre esse item lexical. Calvet (2002, p. 170), *e. g.* define *variante* como “forma linguística que representa uma das alternativas possíveis para a expressão, num mesmo contexto, de determinado elemento fonológico, morfológico, sintático ou léxico”.

Dá o autor, como exemplo genérico para o português brasileiro, as pronúncias, grafematicamente representadas, de <*praca*> e <*placa*>, para o que a

1 Dedicado a Jacyra Mota e Suzana Alice Cardoso.

ortografia determinaria, no registro escrito padrão e de prestígio, a última delas, *placa*, concluindo que se chama variável linguística o conjunto dessas variantes.

Em *A pesquisa sociolinguística*, Tarallo (2001, p. 5), associando língua falada à ideia de “caos”, como era próprio a seu estilo de texto, remete o conceito de *variante linguística* a uma disputa em um

campo de batalha, em que duas (ou mais) maneiras de dizer a mesma coisa (...) se enfrentam em um duelo de contemporização, por sua subsistência e co-existência, ou, mais fatalisticamente, em um combate sangrento de morte.

Sumariza o autor: “*Variantes linguísticas* são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade” (Tarallo, 2001, p. 8).

Há, provavelmente, uma ampla lista de obras que compartilham a mesma fórmula definatória, senão com pequeníssimas variações estilísticas, para apresentar o conceito de *variante* em linguística, muitas das quais confirmando o que diz Foucault (2008, p. 164), em *A arqueologia do saber*:

há sempre as que vão eventualmente servir de modelo às outras e que, nesse caso, merecem passar por criações; e aquelas banais, cotidianas, maciças, que não são responsáveis por si mesmas e que derivam, às vezes para repeti-lo textualmente, do que já foi dito.

A questão aqui é, pois, circunscrever a noção de *variante* aos estudos do léxico, em função de ser um nível de análise multidinâmico em que elementos menores e maiores do que se reconhece como “palavra” são seu objeto teórico, especialmente, quando a pesquisa em léxico se dê na interface entre a lexicografia e a dialetologia, já que se encontra em pauta a construção do primeiro *Dicionário Dialetal Brasileiro* (cf. Machado Filho, 2010) projeto associado ao Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), a que procuram servir estas reflexões.

2 O GATILHO DA QUESTÃO

O acima referido trabalho de Weinreich, Labov & Herzog (2006[1968], p. 88) registra que se

as isoglossas para cada palavra envolvida numa mudança sonora coincidissem, a hipótese dos neogramáticos receberia uma poderosa

sustentação. Mas o fato doloroso é que elas raramente coincidem, mesmo quando se agregam para compor feixes frouxos. A desculpa de que cada palavra tem sua própria história reflete nossa incapacidade de prever ou mesmo de explicar os modos como uma palavra precede uma outra ao longo dos mapas do geógrafo-lingüista.

Conquanto se pudesse optar, logo de antemão, pelo uso de *lexia* em substituição ao termo *palavra*, em face da impropriedade terminológica desta, se se considerar como foco o viés lexicológico a ser adotado aqui, é importante frisar que os autores, na sequência de seu texto, discutem diferentes tipos de isoglossas, em função de sua “explicabilidade”: a) a coincidente com fronteira político-geográfica; b) a que se relaciona com outras isoglossas em processo de enfeixamento; c) a que não se relaciona diretamente com fatores linguísticos nem sociais, mas cuja direção de mudança pode ser prevista, e d) a que também não tem explicação linguística nem social, mas sem se poder prever a direção da mudança.

Sem avançar neste momento a discussão da propriedade ou impropriedade de se poder afirmar que em qualquer língua natural poderia haver elementos sem qualquer relação linguística ou social, a questão é que, para além dos cinco problemas “a serem resolvidos” por uma teoria da mudança de base empírica (restrição, transição, encaixamento, avaliação e implementação), as variantes, reconhecidas no trato dialetal como isofônicas, isomórficas, isoléxicas e, por que não, *isofrásticas usu*² (para abusar do neologismo e do estrangeirismo), que recobririam o conjunto terminológico-taxionômico representado pela unidade *isoglossica*, estejam intimamente associadas e, por assim dizer, devessem integrar a reflexão sobre o conceito de “variante” em léxico.

A circunscrição do conceito de variante para o estudos lexicais, antes pronunciada, poderia ser mais bem entendida como uma circunvenção (para se apropriar aqui de um termo do Comércio Exterior, conquanto sem os mesmos traços sêmicos negativos), mas na porção significativa do inglês *circumvention* ‘surrounding’, ‘envolvimento’, na dimensão em que a ideia de variação lexical de uma língua, em perspectiva dialetológica, devesse perpassar, pois, para além da referida conjunção na interpretação de todas as *iso-X* (isofônicas, isomórficas, isoléxicas etc.), pela própria compreensão da natureza multifacetada do léxico que é o primeiro estágio sólido de significação pragmático-lingüístico a se operar, a que concorrem fonética, fonologia, morfologia, semântica, alinhados em movimentos de aglutinação, sistematicamente ordenados, como os que ocorrem posteriormente na sintaxe, desaguando no discurso. Crê-se, portanto, com base

2 Do alemão *und so weiter* = etc.

nos modelos lexicalistas, ser impossível de se lhe dissociarem na análise outros níveis linguísticos, já que se defende, assim como Lorente (2004, p. 27), que “os diversos aspectos do léxico (fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos) sejam representados de maneira integrada”.

Isso significa dizer que variante lexical deveria recobrir, para além da oposição etimologicamente causada na seleção da norma para um determinado significante linguístico, como nos casos de *aipim* e *macaxeira*, *tangerina* e *mexerica*, ou mesmo *creek*, *brook*, *stream*, citadas por Carvalhinhos (2007, p. 179), para ‘curso d’água’ em inglês, também estruturas frasais completas, com sujeito, predicado e complementos, desvios da pronúncia padrão, comportamento alomórficos, ou mesmo colocações linguísticas, cuja identificação lexical se dá pelo potencial funcional e não pela relação, às vezes obtusa, entre significante, significado e referente, quando atualizados, em uma comunidade de fala.

3 ALGUMAS BASES HISTÓRICAS PARA SUSTENTAR A DISCUSSÃO

É de Serafim da Silva Neto (1952, p. 398) a seguinte assertiva:

(...) com o correr do tempo, cada geração lhe vai imprimindo o sêlo próprio de sua sensibilidade e de sua concepção de vida. É uma obra individual que acaba por tornar-se coletiva.

O dativo “lhe” utilizado pelo autor, acima, embora se reporte a aspectos de ordem literária, por procurar o autor discutir a mais adequada denominação comumente usada de “poesia popular”, preferindo, em substituição, chamar de “poesia tradicional”, bem serviria para representar, em estudos linguísticos, a vitalidade de qualquer língua, no “jogo” promovido entre o sistema, a fala e a norma.

Em linguística, as chamadas formas convergentes e divergentes são um dos mais curiosos resultados de mudança que a força da norma, na perspectiva do jogo antes referido, pode operar e que o estudo da história da língua pode registrar. Embora suas causas sejam mais frequentemente associadas a razões fonéticas, cuja avaliação nesse sentido seria, para Cardoso & Cunha (1978, p. 159), “parcial e inexata”, a extensão da questão extrapola essa dimensão, permitindo efeitos de variegada ordem, seja morfológica, morfossintática, sintática ou mesmo discursiva.

Como se sabe, formas convergentes são lexias de etimologia diferente e, por isso mesmo, de formato fônico distinto que, com o uso histórico, passaram, posteriormente, a comungar estado de homonímia. As formas divergentes, por seu turno, são elementos lexicais que, conquanto se alicercem em um mesmo étimo, passam a constituir unidades independentes no inventário do léxico, a ponto

de, nem sempre, permitirem ao falante comum de outra sincronia a identificação de uma gênese comum.

É oportuno que, no trabalho de investigação de viés lexicológico-lexicográfico, não se confunda étimo com derivação, como comumente se tem observado em alguns trabalhos acadêmicos, até mesmo em dicionários do português, hoje publicados. Para Viaro (2011, p. 99), “o étimo de uma palavra investigada é a forma equivalente da mesma palavra, imediatamente anterior numa sincronia pretérita qualquer”. Ou seja, para o autor, é o resultado de acomodações fonéticas, quiçá semânticas, mas nenhuma de ordem mórfica. Registre-se, entretanto, que o mesmo étimo pode, a depender da mentalidade do grupo social que gere as normas dialetalmente distribuídas, promover resultados lexicais diferenciados, conquanto meramente alomórficos.

No português, são exemplos de formas divergentes os grupos lexicais “chão”, “plano” e “porão”; “chegar” e “pregar”; “herdeiro” e “hereditário”, haja vista serem o resultado de acomodações de um mesmo étimo latino, *i. e.*, *planu-*, *plicare* e *hereditariu-*, respectivamente.

Cardoso & Cunha (1978) dividem as formas divergentes em três categorias: a) divergentes hereditárias, b) divergentes de empréstimo e c) divergentes de formação interna, cada uma das quais com subdivisões próprias. Os quadros, na sequência, buscam sintetizar suas posições através de exemplos que se encontram na obra desses autores, conquanto sejam os quadros apresentados abaixo originais deste trabalho e os exemplos, por vezes, substituídos ou acrescidos.

Tipo de divergentes	Subdivisão	Étimo	Forma em português	
Hereditárias	Fonético-históricas	<i>articulu-</i>	Artigo	
			artelho	
		<i>legitimu-</i>	lídimo	
			lindo	
			<i>vinculu-</i>	vínculo
		vinco		
		brinco		
		De vestígios casuais	<i>draconem (acus.)</i> <i>dracus (nom.)</i>	dragão
				drago
	<i>daemonius (acus.)</i> <i>daemon (nom.)</i>		demônio	
			demo	
	<i>Alvarus (nom.)</i> <i>Alvarici (gen.)</i>		Álvaro	
			Álvares ³	
	De flexão genérica	<i>ovu- (ac. masc. sing.)</i> <i>ova (ac. fem. plur.)</i>	ovo	
			ova	
De origem latina	<i>Serpentem (acus.)</i> <i>serpis (nom.) > serpem (acus.)</i>	serpente		
		serpe		

Quadro 1. Divergentes hereditárias.

Fonte: dados adaptados de Cardoso & Cunha (1978).

³ O conhecido navegador Pedro Álvares Cabral, alegado “descobridor” do Brasil, por exemplo, identifica-se no seu próprio sobrenome como filho de Álvaro, em razão da marca morfológica do genitivo patronímico Alvarici > Álvares. Senão por erudição, não mais se reconhece o morfema em questão no português brasileiro. Assim como ocorreu na passagem do latim para o português, a deriva em direção à progressiva perda de morfologia casual vai possibilitar a geração de estruturas analíticas para marcação do genitivo patronímico, a exemplo de Pedro de Álvaro ou José de Dilha.

Tipo de divergentes	Subdivisão	Étimo	Forma em português
de empréstimo de	acumulação popular (<i>mot populaire</i>) e erudita (<i>mot savant</i>)	<i>amplu-</i>	ancho
			amplo
		<i>intregu-</i>	inteiro
			íntegro
		<i>medicina</i>	mezinha
			medicina
	a línguas românicas	<i>aptitudine (lat.)</i> <i>attitude (fr. < lat.)</i>	aptidão
			atitude
		<i>crypta (nom. pl. lat.)</i> <i>crypta</i> <i>grotta (it.)</i>	cripta
			gruta
			grota
	vestígios casuais	<i>cancrum (ac.)</i>	cancro
		<i>cancer (empr. erud.)</i>	câncer
flexão genérica	<i>pigmentu-</i>	pigmento	
	<i>pigmenta</i>	pimenta	

Quadro 2. Divergentes de empréstimo.

Fonte: dados adaptados de Cardoso & Cunha (1978).

Tipo de divergentes	Subdivisão	Conteúdo nocional idêntico	Forma em português	
de formação interna	de prefixação	<i>ante-</i>	anteceder	
		<i>pre-</i>	preceder	
		<i>neo-</i>	neolatino	
		<i>novi-</i>	novilatino	
	de sufixação	<i>super-</i>	<i>sobre-</i>	superpor
				sobrepor
		<i>-ão</i>	<i>-ense</i>	beirão
				beirense
<i>-ada</i>	parada			
<i>-agem</i>	paragem			

Quadro 3. Divergentes de formação interna.

Fonte: dados adaptados de Cardoso & Cunha (1978).

Como se poderá facilmente observar na consulta à documentação remanescente, a história do português está repleta de exemplos de elementos lexicais que se distanciaram de sua base léxico-genética, em função dos usos normais (no sentido de norma linguística), a ponto de inviabilizarem, ao homem comum, o reconhecimento de se tratar de unidades de mesma etimologia. Os primeiros exemplos do *Quadro 1* refletem isso, com precisão: *artigo* e *artelho* não devem ser facilmente identificados por um não especialista ou não estudioso do português como lexias de mesmo étimo. Assim são muitos outros exemplos dos quadros acima, como *ap-tidão* e *atitude* (*Quadro 2*), *superpor* e *sobrepor* (*Quadro 3*), entre outros.

No que concerne às formas convergentes, podem-se, ainda, perceber diversos formatos, sobretudo de estruturas finitas verbais, que refletem homofonia com unidades nominais na língua portuguesa, como no caso de “rio”, do original substantivo latino *rivu-*, e a primeira pessoa do verbo “rir”, do latim *rideo*, ou de “livro”, de *libru-* e *libero*, ou ainda de “cabo”, ‘acidente geográfico’ ou ‘parte saliente com que se segura algo’, cujos étimos latinos são, respectivamente, *caput* e *capulus*. Talvez seja a lexia “manga” o mais conhecido exemplo, no Brasil, de convergência relacionada ao confronto histórico entre mudança hereditária e empréstimo, já que ‘a parte do vestuário que recobre os braços’ e suas extensões significativas por metáfora são de étimo latino, *manica*, e o que representa o ‘fruto polpudo com caroço central, grande e fiapento’, de etimologia malaia.

Convém, ainda, lembrar de que o produtivíssimo ditongo nasal –ão, idiosincrático à língua portuguesa e a apenas uma variedade do sardo, é o resultado de um processo de convergência morfofonêmico de três diferentes terminações nominais latinas, -ANU, -ONE, -ANE, como em *manus, oratione, pane*, que, no período arcaico do português, não se confundiam, pelo menos durante sua primeira fase, entre os séculos XIII e finais do XIV. Obviamente, seriam, hoje, consideradas erros, pelo cânone normativo e, conseqüentemente, pela avaliação das classes dominantes da sociedade moderna, as realizações <oraçom> e <pã>, em português.

4 AVANÇANDO AO CERNE DA QUESTÃO

Basílio (2003, p. 83) acredita que seja na área lexical em que residam

as maiores e mais sensíveis diferenças entre língua falada e língua escrita, no sentido, desigual, de haver termos comuns na língua coloquial falada inconcebíveis ou indesejáveis na língua escrita.

Aliás, “a mudança linguística é um processo contínuo e o subproduto inevitável da interação linguística” (Weinreich, Labov & Herzog, 2006, p. 87) e o léxico de cada comunidade, nesse processo, conforma-se, por assim dizer, a cada uma das nuances da interação promovida entre os diferentes graus de realidade e de abstração que se lhe apresentem. Quanto menos controle da escolarização e mais isolamento de uma comunidade em relação a centros de referência econômica ou social, mais idiosincrasias de normas podem surgir e se fixar. E aí formas como <abroba> ou <frosco>, para *abóbora* e *fósforo*, podem-se estabilizar no uso normal.

Não obstante, as pesquisas voltadas para o conhecimento da diversidade linguística, mesmo as da dialetologia pluridimensional, que se caracteriza por ser “multifacetada e comprometida com a informação de um amplo rol de variáveis” (Cardoso, 2010, p. 67), têm considerado como variante lexical, por tradição, exclusivamente, as oposições monêmicas (para utilizar o termo cunhado por Martinet, 1973), utilizadas pelas comunidades de fala investigadas.

O Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil), por exemplo, em seu Questionário Semântico-Lexical (QSL), que tem por função documentar “a riqueza sinonímica” do léxico nacional, a partir de uma orientação eminentemente onomasiológica, obedece à tradição de restrição do conceito de variante lexical, assim como esta tem sido tratada comumente pela lexicologia, também tradicional.

O resultado, portanto, dessa perspectiva, embora permita a composição de isoléxicas (uma isoglossa lexical), isto é, “uma linha virtual que marca um

limite, também virtual” (Ferreira & Cardoso, 1994, p. 12), não revela processos de variação que derivem de fenômenos oriundos de outros níveis de análise linguística, senão o estritamente lexical. Registre-se que a Dialectologia faz o registro de isofônicas, para caracterização dialetal, mas não considera essas variantes no nível do léxico.

O cerne da questão é compreender a razão de o conceito de variante lexical, hoje adotado, privilegiar um dos níveis de análise em detrimento de outros, isto é, por que estabelecer uma relação mais evidente de aspectos morfológicos e semânticos com o léxico e desconsiderar outras instâncias? Significa dizer que isofônicas não diriam respeito aos estudos do léxico, mas exclusivamente, aos da fonética dialetal, como se houvesse um medidor que pudesse hierarquizar em até que ponto uma alteração de forma deva ou não ser considerada como relevante para a observação científica de um objeto teórico.

Em termos linguísticos, qual a dimensão ou o volume de diferenças formais suficientes para a atestação de variantes? Claro que, isoladamente, com foco exclusivo em um dos níveis de análise, provavelmente qualquer grau de alteração de forma haveria de ser considerado. Mas, quando se definem variantes lexicais, a questão tem apresentado outros contornos, como se ao léxico só importassem causas de ordem morfológica ou provenientes de fenômenos referentes a um estágio superior na hierarquia taxionômica dos níveis de análise.

Essa ótica é análoga ao raciocínio que tem conduzido questões como a de se poder precisar quando uma variedade linguística é de fato uma nova língua, ou não, como no caso do português europeu e o português brasileiro, se colocados em confronto. Com quantos fenômenos e em que níveis se poderia assegurar tratar-se de línguas diferentes? Bastariam aspectos fonológicos? Certamente, não. Sintáticos? A direção da cliticização, de ordem gramatical, seria suficiente?

Mas, então, por que razão na lexicografia variacional ou histórica não se devessem observar como variantes lexicais as alterações fônicas, morfossintáticas, sintáticas ou discursivas?

Lass (2010, p. 141) acredita que

phonologies do not derive merely from phonetic properties, syntax does not derive from morphology, the structure of a sonata-form movement does not derive from the properties of its notes or harmonies, but from abstract principles like key-relations and the return of particular melodic shapes, etc.⁴

4 Trad.: fonologias não derivam apenas de propriedades fonéticas, sintaxe não deriva da morfologia,

Adiante o referido autor declara:

Perhaps the best image of the relation between levels of organization in any complex domain is not one where each level can be REDUCED to the one below, but rather where each higher level represents an ENRICHMENT of the one(s) below (Lass, 2010, p. 141-2)⁵.

Foram uma necessidade prática de pesquisa, em função da construção do *Dicionário Dialectal Brasileiro*, e um raciocínio análogo à ideia de circunvenção que moveram essas reflexões, para que se recorreu anteriormente às considerações sobre o processo de constituição do léxico do português e, em especial, aos resultados de fenômenos de convergência e divergência etimológicas registrados na história da língua, com vistas a quebrar a visão reducionista com que se tem operado.

Considerando-se, nomeadamente, os fenômenos de divergência ocorridos na história do português, sejam os de causa hereditária, de empréstimo ou de formação interna, percebe-se um contínuo relativamente diversificado de graus de distanciamento formal, se considerado o étimo que deu origem às formas lexicais, muitos dos quais motivados por oscilações de caráter mais evidentemente fônico. São os casos de *aptidão* e *atitude*, *inteiro* e íntegro, *vínculo*, *vinco* e *brinco*, só para citar alguns, cujos significantes e significados perdem vínculos de suas gêneses.

Em qualquer pesquisa de natureza lexicográfica, esses elementos mereceriam entradas próprias e, por vezes, sem qualquer estratégia de remissão indicada pelo autor. No *Dicionário de usos do português do Brasil* (Borba, 2011), *e.g.*, o verbete *brinco* (p. 236) não registra em sua microestrutura qualquer referência a *vinco* ou a *vínculo*, que se encontram na página 1622, que, também, não comungam qualquer remissão.

Esse exemplo é significativo e atesta a opacidade sincrônica da origem etimológica dessas lexias, que a história dos usos pôde conformar. Isso ocorre com diversos outros elementos, confirmando o que a força de tendências fônicas de diferentes normas pode provocar na construção do léxico de uma dada língua.

a estrutura de um movimento de sonata não deriva das propriedades de suas notas ou harmonias, mas de princípios abstratos como relações-chave e o retorno de contornos melódicos particulares etc.

5 Trad.: Talvez a melhor imagem da relação entre os níveis de organização em qualquer domínio complexo não é aquele em que cada nível pode ser reduzido a um abaixo, mas em que cada nível mais elevado representa um enriquecimento de um (uns) abaixo.

5 A PROPOSTA CONCEITUAL

Machado Filho (2010, pp. 62-3), em trabalho precedente, defende que

enquanto em um dicionário geral da língua – “le serviteur de la tradition”⁶ (Catach *et al.*, 1971, p. 167) por excelência – não pareça haver espaço para a inclusão de variantes que fujam ao *status quo* linguístico, pelas também óbvias razões de economia e insuficiência de dados, um dicionário dialetal, ao contrário, deve abarcar toda a instabilidade gráfica que os usos reais da fala possam em si fomentar, mesmo que esses itens não venham a constituir uma cabeça de verbete na nomenclatura principal, senão lemas secundários na sua microestrutura, além de elementos integrantes do índice de palavras.

Se se considerar, ainda, o que dizem Weinreich, Labov & Herzog (2006[1968], p. 95), ao defenderem que o

estudo de línguas em contato confirma a idéia de que a coexistência estável de longo prazo é muito frequentemente uma ilusão, promovida talvez pela existência de um léxico e de uma morfofonêmica relativamente estáveis (ou até dessemelhantes),

seria conveniente que as pesquisas sobre variação lexical incorporassem no conceito de variante lexical qualquer alteração formal ou de conteúdo significativo.

Nesse sentido, propõe-se que o conceito de variante lexical no esteio da formulação de Tarallo (2001) para variante linguística merecesse a seguinte redação:

Variante lexical é, portanto, cada forma diferente de se representar, em um mesmo contexto, um mesmo valor significativo ou funcional, independentemente de as alterações na forma terem origem fonética, fonológica, morfológica, sintática ou discursiva.

REFERÊNCIAS

Basílio M. Teoria lexical. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

6 Tradução livre: “o servidor da tradição”.

- Borba F. Dicionário de usos do português do Brasil. São Paulo: Ática, 2011.
- Calvet L. Sociolinguística: uma introdução crítica. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola; 2002.
- Cardoso SA. Geolinguística: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.
- Cardoso W, Cunha C. Estilística e gramática histórica: português através de textos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- Catach N, Golfand J, Deveux R. Orthographe et lexicographie. Tome I. Paris: Didier; 1971.
- Carvalhinhos PJ. Variantes lexicais na toponímia portuguesa: os elementos genéricos (entidades geográficas) denominados – estudo de caso: diferenças terminológicas entre português do Brasil e português europeu. In: XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2009, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF – Léxico e Semântica. Rio de Janeiro: Cifefil, 2007. v. XI. p. 177-194.
- Cervantes M. Dom Quixote de la Mancha. Lisboa: Ferreira & Oliveira, Lda, s/d. 2 vol.
- Ferreira C, Cardoso SA. A dialetologia no Brasil. São Paulo: Contexto; 1994.
- Foucault M. A arqueologia do saber. Trad.: de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2008.
- Lass R. On explaining language change. New York: Cambridge University Press; 2010.
- Lorente M. A lexicologia como ponto de encontro entre a gramática e a semântica. In: Isquierdo A, Krieger MG. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. 2. Campo Grande: Editora UFMS; 2004. p. 19-30.
- Machado Filho A. um ponto de interseção para a dialectologia e a lexicografia: a proposição de elaboração de um dicionário dialetal brasileiro com base nos dados do ALiB, Estudos Linguísticos e Literários. 2010; 41:49-70.
- Martinet A. Elementos de Linguística Geral. 5ª ed. Lisboa: Sá da Costa; 1973.
- Silva Neto S. História da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Livros de Portugal; 1952.

Tarallo F. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática; 2001.

Viaro ME. Etimologia. São Paulo: Contexto; 2011.

Weinreich U, Labov W, Herzog M. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola; 2006[1968].

Recebido em: 14/08/14

Aprovado em: 08/10/14